

Notícias do dia 27 de agosto



TRIBUNAL DE CONTAS
DO ESTADO DE GOIÁS

Sumário

Número de notícias: 6 | Número de veículos: 4

JORNAL O HOJE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Deputados divergem sobre ação policial contra Alexandrino - XADREZ.....3

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Deputados apreciaram 18 processos legislativos na semana.....4

GAZETA DO ESTADO ONLINE - GO - POLÍTICA
TCE - GO

Deputados deliberaram 18 processos legislativos nesta semana.....7

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO

Deputados apreciaram 18 processos legislativos na semana..... 10

GAZETA PLAY - POLÍTICA
TCE - GO

Deputados deliberaram 18 processos legislativos nesta semana.....13

IRBCONTAS - NOTÍCIAS
TCE - GO

Aconteceu no IRB -27.08.....16

Deputados divergem sobre ação policial contra Alexandrino - XADREZ

VENCESLAU PIMENTEL

repercutiu na assembleia Legislativa, durante a sessão de ontem, a ação policial do DF, em que o secretário de saúde, Ismael alexandrino, foi um dos alvos, com mandado de apreensão em sua residência, em um condomínio em Goiânia. a operação visa desarticular atuação de um grupo criminoso acusado de fraude em contratação de uma organização social que alexandrino já presidiu, em 2018. dos 41 deputados, saíram em defesa dele os governistas Rafael Gouveia (pp), Maycllyn carreiro (PRTB) e Amauri Ribeiro (patriota), e os oposicionistas Hélio de Sousa (PSDB) e Cláudio Meirelles (PTC).

Também da oposição, Major Araújo (PSL) sugeriu que o secretário se licenciasse do cargo até o fim das investigações.

No cargo

Ismael alexandrino não apresentou nenhum movimento de se afastar do cargo, por dizer que não está envolvido no escândalo. da parte do governador Ronaldo Caiado, também não há intenção de demiti-lo.

Varredura

Após investigar estado de conservação de equipamentos para o Hospital de Urgência de trindade, que custaram R\$ 1,22 milhão, o TCE constatou irregularidades. e ainda vê indícios de superfaturamento.

Investigação

Tido pela CPL da pandemia como garoto-propaganda da Ivermectina, produzida pela farmacêutica de sua propriedade, a Vitamedic, sediada em Anápolis, o empresário José Alves filho passou à condição de investigado. Vai ter que depor na comissão.

Site: <https://ohoje.com/impresso/5403/>

Deputados apreciaram 18 processos legislativos na semana

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** encerrou a quarta semana de votações do mês de agosto com as três sessões ordinárias regulares realizadas. Nos três encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 18 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo e pelo **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)**. As sessões continuam realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getúlio Vargas continua restrito.

Entre os processos apreciados, 14 foram votados em definitivo e apenas um deles não recebeu o aval dos parlamentares. A matéria de nº 6452/21 foi rejeitada na reunião ocorrida na terça-feira, 24. Através dela o Poder Executivo indicava os nomes de Railton Nascimento Souza e Alan Francisco de Carvalho para compor, nas condições de titular e suplente, respectivamente, o Conselho Estadual de Educação (CEE). Para que a indicação do Governo fosse aprovada, ela precisaria ter conquistado pelo menos 21 votos favoráveis.

Ainda, tratando de indicação e em votação única e nominal, por sua vez, foi aprovada a proposta nº 6451/21, que versa sobre a indicação do nome de Márcia Rocha de Souza Antunes para exercer por mais quatro anos, o mandato de suplente no CEE.

Já no rol dos projetos de lei que seguiram para sanção, nove são referentes a iniciativas parlamentares e três oriundos da Governadoria. Um desses é o projeto de lei de nº 6659/21 que visa criar, na Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SIC), um fundo rotativo no valor de R\$ 30 mil. Esse fundo rotativo será destinado a cobrir as despesas inadiáveis de pequena monta e de pronto pagamento.

A Secretaria de Estado da Economia afirma que a criação do fundo rotativo e a sua integralização estão adequadas às normas orçamentárias vigentes. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) manifestou-se favoravelmente pela viabilidade jurídica da proposta que foi aprovada durante a votação da Ordem do Dia da sessão ordinária híbrida ocorrida no dia 24. Como ela recebeu sinal verde do Plenário da Assembleia Legislativa em fase definitiva, a matéria seguiu para a

sanção do governador.

Concursos públicos

O Plenário aprovou, também em segunda votação, uma medida que promove adequações na legislação de regência dos concursos públicos em **Goiás**. A proposição de nº 6453/21, de autoria do Executivo, recebeu aval dos deputados para dar maior eficiência, sanar os conflitos existentes e, também, adequar a legislação de regência dos concursos públicos à Lei nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020, que institui o regime jurídico dos servidores públicos civis do estado de **Goiás**, das autarquias e das fundações públicas estaduais.

Uma das alterações trata da isenção do pagamento da taxa de inscrição em concurso público. A Governadoria destaca que a alteração é necessária, visto que não é razoável a exigência de comprovação da doação regular de medula óssea por, pelo menos, três vezes nos doze meses antecedentes à publicação do edital do concurso, conforme atualmente consignado no seu inciso 11.

Matérias aprovadas em definitivo durante a semana

Processo nº 6659/21 - Governadoria - Cria na Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC) fundo rotativo no valor de R\$ 30.000,00.

Processo nº 6451/21 - Governadoria - Indica o nome de Márcia Rocha de Souza Antunes, para compor na condição de suplente no Conselho Estadual de Educação.

Processo nº 3012/19 - Wilde Cambão (PSD) - Institui a Semana do Educador no âmbito do Estado de **Goiás** e dá outras providências.

Processo nº 3913/19 - Cairo Salim (Pros) - Obriga a instalação de câmeras de vídeo para gravação de imagens nos corredores, salas de atendimentos de urgência e unidades de terapia intensiva dos hospitais públicos e privados no estado de **Goiás**.

Processo nº 4003/20 - Karlos Cabral (PDT) - Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Cristã O Bom Samaritano, com sede no município de Trindade

(GO).

Processo nº 3876/20 - Cairo Salim (Pros) - Declara de utilidade pública a Associação Geração e Vencedores (Agevence), com sede no Município de Senador Canedo (GO).

Processo nº 7111/19 - Delegado Eduardo Prado (DC) - Declara de utilidade pública a Associação dos Barqueiros de Aruanã, com sede no município de Aruanã (GO).

Processo nº 2855/19 - Gustavo Sebba (PSDB) - Estabelece normas gerais sobre cuidados aos animais definidos como "comunitários" e dá outras providências.

Processo nº 5885/20 - Diego Sorgato (DEM) - Declara de utilidade pública a ONG PROTEGERLZA, sediada no Município de Luziânia (GO).

Processo nº 1379/20 - Coronel Adailton (Progressistas) - Altera a Lei nº 12.695, de 11 de setembro de 1995, que cria a Política Estadual de Atenção ao Deficiente, destacando a Política Estadual de Turismo na implementação dessa Política Pública.

Processo nº 6453/21 - Governadoria - Altera a Lei nº 19.587, de 10 de janeiro de 2017, a qual estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos no âmbito da administração pública estadual.

Processo nº 6712/21 - Governadoria - Dispõe sobre a criação, a denominação e a mudança de denominação dos estabelecimentos de ensino que especifica.

Processo nº 3694/20 - Paulo Trabalho (PSL) - Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CASA DA CRIANÇA PEQUENO EDSON, com sede no Município de Posse - GO.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** novas matérias. Dessas, 28 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 25 de iniciativa parlamentar e três assinados pelo governador Ronaldo Caiado. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário. Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, dois relatórios gerais, um oriundo da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e outro do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, totalizando 30 novos processos legislativos em tramitação na Casa.

Entre esses novos projetos em tramitação na Casa, e que já tramitam nas Comissões, está o de nº 6963/21 ,

da Governadoria do Estado, que dispõe sobre o reajuste do vencimento dos professores, dos agentes administrativos educacionais e do pessoal contratado temporariamente na Secretaria de Estado da Educação (Seduc). A proposição também autoriza a instituição do Auxílio Aprimoramento Continuado no âmbito da mesma pasta, por ato do Chefe do Poder Executivo.

De acordo com a proposta, o reajuste será concedido a partir de 1º de outubro de 2021, no vencimento do pessoal da pasta da Educação, nos seguintes índices: I) 4,52% para os ocupantes dos cargos de Professor, Níveis I e II, do Quadro Permanente do Magistério, Professor Assistente, Níveis "A" a "D", do Quadro Transitório do Magistério e Professor contratado temporariamente; e II) 7,20% para os ocupantes dos cargos de Professor, Níveis III e IV, do Quadro Permanente do Magistério, e Agente Administrativo Educacional, bem como para o pessoal administrativo contratado temporariamente.

Além disso, o projeto autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir, também a partir de 1º de outubro de 2021, no âmbito da Seduc, o Auxílio Aprimoramento Continuado, com valor mensal unitário de R\$ 500,00, segundo critérios a serem definidos por decreto. O benefício, de natureza indenizatória, destina-se a cobrir despesas dos servidores da pasta para o aprimoramento educacional e profissional continuado, com livros, manuais, revistas, cursos, seminários, palestras, workshops, simpósios, congressos e materiais para qualificação de toda natureza.

Poderão ser beneficiários do auxílio os docentes e os servidores administrativos lotados na Seduc, com vínculo efetivo ou em comissão, também os empregados públicos e os titulares de contratos temporários.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da semana na terça-feira, 31. Na Ordem do Dia constam 57 matérias que contemplam iniciativas parlamentares e da Governadoria. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getúlio Artiga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião a pauta traz dez projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 24 em fase de primeira apreciação e 19 matérias com pareceres favoráveis aprovados que estão sendo

encaminhadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Podem ser analisadas também três matérias da Governadoria, das quais duas se encontram em primeira votação e uma em definitivo. Há também, para análise dos deputados em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se a proposta nº 6710/21, encaminhada pela Governadoria do Estado, por solicitação da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), que visa alterar a Lei nº 20.028, de 5 de abril de 2018, que institui o Programa Dinheiro Direto no Câmpus (Procâmpus). O objetivo é atualizar essa legislação para adequá-la ao rearranjo institucional realizado pela UEG.

Segundo consta na justificativa da propositura, "o Procâmpus, instituído pela Lei nº 20.028, de 2018, busca a descentralização de relevantes atribuições de natureza financeira e administrativa no âmbito da UEG. Essa lei sofreu, posteriormente à sua publicação, os efeitos da Lei Estadual nº 20.748, de 17 de janeiro de 2020, e do Decreto nº 9.593, de 17 de janeiro de 2020, que ocasionaram, respectivamente, alterações em sua estrutura e a aprovação de seu novo estatuto".

Dessa forma, o governador Ronaldo Caiado (DEM) fundamenta que a atualização da citada lei é necessária para criar compatibilização com a reestruturação administrativa aplicada à universidade. "A proposta, ao sanar esse desalinhamento entre a Lei do Procâmpus e a atual estrutura da UEG, viabilizará o repasse e o uso de recursos financeiros aos câmpus e às unidades universitárias com maior eficiência, para toda a comunidade acadêmica ser atingida positivamente", explica.

Para se tornar lei, a iniciativa precisa passar pela fase final de aprovação da Assembleia Legislativa para que esteja apta a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 31, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes

fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego**, no canal 3.2 da TV Aberta, ou no canal 8 da NET Claro, pelo Youtube e, também pelo site oficial da Casa, no seguinte link : portal.al.go.leg.br.

Site: <https://www.gazetadoestado.com.br/deputados-apreciaram-18-processos-legislativos-na-semana/>

Deputados deliberaram 18 processos legislativos nesta semana

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** encerrou a quarta semana de votações do mês de agosto com as três sessões ordinárias regulares realizadas. Nos três encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 18 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo e pelo **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)**. As sessões continuam realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Artiaga continua restrito.

Entre os processos apreciados, 14 foram votados em definitivo e apenas um deles não recebeu o aval dos parlamentares. A matéria de nº 6452/21 foi rejeitada na reunião ocorrida na terça-feira, 24. Através dela o Poder Executivo indicava os nomes de Railton Nascimento Souza e Alan Francisco de Carvalho para compor, nas condições de titular e suplente, respectivamente, o Conselho Estadual de Educação (CEE). Para que a indicação do Governo fosse aprovada, ela precisaria ter conquistado pelo menos 21 votos favoráveis.

Ainda, tratando de indicação e em votação única e nominal, por sua vez, foi aprovada a proposta nº 6451/21, que versa sobre a indicação do nome de Márcia Rocha de Souza Antunes para exercer por mais quatro anos, o mandato de suplente no CEE.

Já no rol dos projetos de lei que seguiram para sanção, nove são referentes a iniciativas parlamentares e três oriundos da Governadoria. Um desses é o projeto de lei de nº 6659/21 que visa criar, na Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SIC), um fundo rotativo no valor de R\$ 30 mil. Esse fundo rotativo será destinado a cobrir as despesas inadiáveis de pequena monta e de pronto pagamento.

A Secretaria de Estado da Economia afirma que a criação do fundo rotativo e a sua integralização estão adequadas às normas orçamentárias vigentes. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) manifestou-se favoravelmente pela viabilidade jurídica da proposta que foi aprovada durante a votação da Ordem do Dia da sessão ordinária híbrida ocorrida no dia 24. Como ela recebeu sinal verde do Plenário da Assembleia Legislativa em fase definitiva, a matéria seguiu para a

sanção do governador.

Concursos públicos

O Plenário aprovou, também em segunda votação, uma medida que promove adequações na legislação de regência dos concursos públicos em **Goiás**. A proposição de nº 6453/21, de autoria do Executivo, recebeu aval dos deputados para dar maior eficiência, sanar os conflitos existentes e, também, adequar a legislação de regência dos concursos públicos à Lei nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020, que institui o regime jurídico dos servidores públicos civis do estado de **Goiás**, das autarquias e das fundações públicas estaduais.

Uma das alterações trata da isenção do pagamento da taxa de inscrição em concurso público. A Governadoria destaca que a alteração é necessária, visto que não é razoável a exigência de comprovação da doação regular de medula óssea por, pelo menos, três vezes nos doze meses antecedentes à publicação do edital do concurso, conforme atualmente consignado no seu inciso 11.

Matérias aprovadas em definitivo durante a semana

Processo nº 6659/21 - Governadoria - Cria na Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC) fundo rotativo no valor de R\$ 30.000,00.

Processo nº 6451/21 - Governadoria - Indica o nome de Márcia Rocha de Souza Antunes, para compor na condição de suplente no Conselho Estadual de Educação.

Processo nº 3012/19 - Wilde Cambão (PSD) - Institui a Semana do Educador no âmbito do Estado de **Goiás** e dá outras providências.

Processo nº 3913/19 - Cairo Salim (Pros) - Obriga a instalação de câmeras de vídeo para gravação de imagens nos corredores, salas de atendimentos de urgência e unidades de terapia intensiva dos hospitais públicos e privados no estado de **Goiás**.

Processo nº 4003/20 - Karlos Cabral (PDT) - Declara de utilidade pública a Associação Beneficente Cristã O Bom Samaritano, com sede no município de Trindade

(GO).

Processo nº 3876/20 - Cairo Salim (Pros) - Declara de utilidade pública a Associação Geração e Vencedores (Agevence), com sede no Município de Senador Canedo (GO).

Processo nº 7111/19 - Delegado Eduardo Prado (DC) - Declara de utilidade pública a Associação dos Barqueiros de Aruanã, com sede no município de Aruanã (GO).

Processo nº 2855/19 - Gustavo Sebba (PSDB) - Estabelece normas gerais sobre cuidados aos animais definidos como "comunitários" e dá outras providências.

Processo nº 5885/20 - Diego Sorgato (DEM) - Declara de utilidade pública a ONG PROTEGERLZA, sediada no Município de Luziânia (GO).

Processo nº 1379/20 - Coronel Adailton (Progressistas) - Altera a Lei nº 12.695, de 11 de setembro de 1995, que cria a Política Estadual de Atenção ao Deficiente, destacando a Política Estadual de Turismo na implementação dessa Política Pública.

Processo nº 6453/21 - Governadoria - Altera a Lei nº 19.587, de 10 de janeiro de 2017, a qual estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos no âmbito da administração pública estadual.

Processo nº 6712/21 - Governadoria - Dispõe sobre a criação, a denominação e a mudança de denominação dos estabelecimentos de ensino que especifica.

Processo nº 3694/20 - Paulo Trabalho (PSL) - Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CASA DA CRIANÇA PEQUENO EDSON, com sede no Município de Posse - GO.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** novas matérias. Dessas, 28 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 25 de iniciativa parlamentar e três assinados pelo governador Ronaldo Caiado. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário. Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, dois relatórios gerais, um oriundo da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e outro do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, totalizando 30 novos processos legislativos em tramitação na Casa.

Entre esses novos projetos em tramitação na Casa, e que já tramitam nas Comissões, está o de nº 6963/21 ,

da Governadoria do Estado, que dispõe sobre o reajuste do vencimento dos professores, dos agentes administrativos educacionais e do pessoal contratado temporariamente na Secretaria de Estado da Educação (Seduc). A proposição também autoriza a instituição do Auxílio Aprimoramento Continuado no âmbito da mesma pasta, por ato do Chefe do Poder Executivo.

De acordo com a proposta, o reajuste será concedido a partir de 1º de outubro de 2021, no vencimento do pessoal da pasta da Educação, nos seguintes índices: I) 4,52% para os ocupantes dos cargos de Professor, Níveis I e II, do Quadro Permanente do Magistério, Professor Assistente, Níveis "A" a "D", do Quadro Transitório do Magistério e Professor contratado temporariamente; e II) 7,20% para os ocupantes dos cargos de Professor, Níveis III e IV, do Quadro Permanente do Magistério, e Agente Administrativo Educacional, bem como para o pessoal administrativo contratado temporariamente.

Além disso, o projeto autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir, também a partir de 1º de outubro de 2021, no âmbito da Seduc, o Auxílio Aprimoramento Continuado, com valor mensal unitário de R\$ 500,00, segundo critérios a serem definidos por decreto. O benefício, de natureza indenizatória, destina-se a cobrir despesas dos servidores da pasta para o aprimoramento educacional e profissional continuado, com livros, manuais, revistas, cursos, seminários, palestras, workshops, simpósios, congressos e materiais para qualificação de toda natureza.

Poderão ser beneficiários do auxílio os docentes e os servidores administrativos lotados na Seduc, com vínculo efetivo ou em comissão, também os empregados públicos e os titulares de contratos temporários.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da semana na terça-feira, 31. Na Ordem do Dia constam 57 matérias que contemplam iniciativas parlamentares e da Governadoria. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getúlio Artiga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião a pauta traz dez projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 24 em fase de primeira apreciação e 19 matérias com pareceres favoráveis aprovados que estão sendo

encaminhadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Podem ser analisadas também três matérias da Governadoria, das quais duas se encontram em primeira votação e uma em definitivo. Há também, para análise dos deputados em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se a proposta nº 6710/21, encaminhada pela Governadoria do Estado, por solicitação da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), que visa alterar a Lei nº 20.028, de 5 de abril de 2018, que institui o Programa Dinheiro Direto no Câmpus (Procâmpus). O objetivo é atualizar essa legislação para adequá-la ao rearranjo institucional realizado pela UEG.

Segundo consta na justificativa da propositura, "o Procâmpus, instituído pela Lei nº 20.028, de 2018, busca a descentralização de relevantes atribuições de natureza financeira e administrativa no âmbito da UEG. Essa lei sofreu, posteriormente à sua publicação, os efeitos da Lei Estadual nº 20.748, de 17 de janeiro de 2020, e do Decreto nº 9.593, de 17 de janeiro de 2020, que ocasionaram, respectivamente, alterações em sua estrutura e a aprovação de seu novo estatuto".

Dessa forma, o governador Ronaldo Caiado (DEM) fundamenta que a atualização da citada lei é necessária para criar compatibilização com a reestruturação administrativa aplicada à universidade. "A proposta, ao sanar esse desalinhamento entre a Lei do Procâmpus e a atual estrutura da UEG, viabilizará o repasse e o uso de recursos financeiros aos câmpus e às unidades universitárias com maior eficiência, para toda a comunidade acadêmica ser atingida positivamente", explica.

Para se tornar lei, a iniciativa precisa passar pela fase final de aprovação da Assembleia Legislativa para que esteja apta a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 31, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes

fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego**, no canal 3.2 da TV Aberta, ou no canal 8 da NET Claro, pelo Youtube e, também pelo site oficial da Casa, no seguinte link : portal.al.go.leg.br.

Site: <https://www.gazetadoestado.com.br/deputados-deliberaram-18-processos-legislativos-nesta-semana/>

Deputados apreciaram 18 processos legislativos na semana

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** encerrou a quarta semana de votações do mês de agosto com as três sessões ordinárias regulares realizadas. Nos três encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 18 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo e pelo **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)**. As sessões continuam realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Ariaga continua restrito.

Entre os processos apreciados, 14 foram votados em definitivo e apenas um deles não recebeu o aval dos parlamentares. A matéria de nº 6452/21 foi rejeitada na reunião ocorrida na terça-feira, 24. Através dela o Poder Executivo indicava os nomes de Railton Nascimento Souza e Alan Francisco de Carvalho para compor, nas condições de titular e suplente, respectivamente, o Conselho Estadual de Educação (CEE). Para que a indicação do Governo fosse aprovada, ela precisaria ter conquistado pelo menos 21 votos favoráveis.

Ainda, tratando de indicação e em votação única e nominal, por sua vez, foi aprovada a proposta nº 6451/21, que versa sobre a indicação do nome de Márcia Rocha de Souza Antunes para exercer por mais quatro anos, o mandato de suplente no CEE.

Já no rol dos projetos de lei que seguiram para sanção, nove são referentes a iniciativas parlamentares e três oriundos da Governadoria. Um desses é o projeto de lei de nº 6659/21 que visa criar, na Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SIC), um fundo rotativo no valor de R\$ 30 mil. Esse fundo rotativo será destinado a cobrir as despesas inadiáveis de pequena monta e de pronto pagamento.

A Secretaria de Estado da Economia afirma que a criação do fundo rotativo e a sua integralização estão adequadas às normas orçamentárias vigentes. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) manifestou-se favoravelmente pela viabilidade jurídica da proposta que foi aprovada durante a votação da Ordem do Dia da sessão ordinária híbrida ocorrida no dia 24. Como

ela recebeu sinal verde do Plenário da Assembleia Legislativa em fase definitiva, a matéria seguiu para a sanção do governador.

Concursos públicos

O Plenário aprovou, também em segunda votação, uma medida que promove adequações na legislação de regência dos concursos públicos em **Goiás**. A proposição de nº 6453/21, de autoria do Executivo, recebeu aval dos deputados para dar maior eficiência, sanar os conflitos existentes e, também, adequar a legislação de regência dos concursos públicos à Lei nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020, que institui o regime jurídico dos servidores públicos civis do estado de **Goiás**, das autarquias e das fundações públicas estaduais.

Uma das alterações trata da isenção do pagamento da taxa de inscrição em concurso público. A Governadoria destaca que a alteração é necessária, visto que não é razoável a exigência de comprovação da doação regular de medula óssea por, pelo menos, três vezes nos doze meses antecedentes à publicação do edital do concurso, conforme atualmente consignado no seu inciso 11.

Matérias aprovadas em definitivo durante a semana

Processo nº 6659/21 - Governadoria - Cria na Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC) fundo rotativo no valor de R\$ 30.000,00.

Processo nº 6451/21 - Governadoria - Indica o nome de Márcia Rocha de Souza Antunes, para compor na condição de suplente no Conselho Estadual de Educação.

Processo nº 3012/19 - Wilde Cambão (PSD) - Institui a Semana do Educador no âmbito do Estado de **Goiás** e dá outras providências.

Processo nº 3913/19 - Cairo Salim (Pros) - Obriga a instalação de câmeras de vídeo para gravação de imagens nos corredores, salas de atendimentos de urgência e unidades de terapia intensiva dos hospitais públicos e privados no estado de **Goiás**.

Processo nº 4003/20 - Karlos Cabral (PDT) - Declara

de utilidade pública a Associação Beneficente Cristã O Bom Samaritano, com sede no município de Trindade (GO).

Processo nº 3876/20 - Cairo Salim (Pros) - Declara de utilidade pública a Associação Geração e Vencedores (Agevence), com sede no Município de Senador Canedo (GO).

Processo nº 7111/19 - Delegado Eduardo Prado (DC) - Declara de utilidade pública a Associação dos Barqueiros de Aruanã, com sede no município de Aruanã (GO).

Processo nº 2855/19 - Gustavo Sebba (PSDB) - Estabelece normas gerais sobre cuidados aos animais definidos como "comunitários" e dá outras providências.

Processo nº 5885/20 - Diego Sorgato (DEM) - Declara de utilidade pública a ONG PROTEGERLZA, sediada no Município de Luziânia (GO).

Processo nº 1379/20 - Coronel Adailton (Progressistas) - Altera a Lei nº 12.695, de 11 de setembro de 1995, que cria a Política Estadual de Atenção ao Deficiente, destacando a Política Estadual de Turismo na implementação dessa Política Pública.

Processo nº 6453/21 - Governadoria - Altera a Lei nº 19.587, de 10 de janeiro de 2017, a qual estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos no âmbito da administração pública estadual.

Processo nº 6712/21 - Governadoria - Dispõe sobre a criação, a denominação e a mudança de denominação dos estabelecimentos de ensino que especifica.

Processo nº 3694/20 - Paulo Trabalho (PSL) - Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CASA DA CRIANÇA PEQUENO EDSON, com sede no Município de Posse - GO.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** novas matérias. Dessas, 28 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 25 de iniciativa parlamentar e três assinados pelo governador Ronaldo Caiado. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário. Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, dois relatórios gerais, um oriundo da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e outro do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, totalizando 30 novos processos legislativos em tramitação na Casa.

Entre esses novos projetos em tramitação na Casa, e que já tramitam nas Comissões, está o de nº 6963/21, da Governadoria do Estado, que dispõe sobre o reajuste do vencimento dos professores, dos agentes administrativos educacionais e do pessoal contratado temporariamente na Secretaria de Estado da Educação (Seduc). A proposição também autoriza a instituição do Auxílio Aprimoramento Continuado no âmbito da mesma pasta, por ato do Chefe do Poder Executivo.

De acordo com a proposta, o reajuste será concedido a partir de 1º de outubro de 2021, no vencimento do pessoal da pasta da Educação, nos seguintes índices: I) 4,52% para os ocupantes dos cargos de Professor, Níveis I e II, do Quadro Permanente do Magistério, Professor Assistente, Níveis "A" a "D", do Quadro Transitório do Magistério e Professor contratado temporariamente; e II) 7,20% para os ocupantes dos cargos de Professor, Níveis III e IV, do Quadro Permanente do Magistério, e Agente Administrativo Educacional, bem como para o pessoal administrativo contratado temporariamente.

Além disso, o projeto autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir, também a partir de 1º de outubro de 2021, no âmbito da Seduc, o Auxílio Aprimoramento Continuado, com valor mensal unitário de R\$ 500,00, segundo critérios a serem definidos por decreto. O benefício, de natureza indenizatória, destina-se a cobrir despesas dos servidores da pasta para o aprimoramento educacional e profissional continuado, com livros, manuais, revistas, cursos, seminários, palestras, workshops, simpósios, congressos e materiais para qualificação de toda natureza.

Poderão ser beneficiários do auxílio os docentes e os servidores administrativos lotados na Seduc, com vínculo efetivo ou em comissão, também os empregados públicos e os titulares de contratos temporários.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da semana na terça-feira, 31. Na Ordem do Dia constam 57 matérias que contemplam iniciativas parlamentares e da Governadoria. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getúlio Artiga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião a pauta traz dez projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 24 em

fase de primeira apreciação e 19 matérias com pareceres favoráveis aprovados que estão sendo encaminhadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Podem ser analisadas também três matérias da Governadoria, das quais duas se encontram em primeira votação e uma em definitivo. Há também, para análise dos deputados em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se a proposta nº 6710/21, encaminhada pela Governadoria do Estado, por solicitação da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), que visa alterar a Lei nº 20.028, de 5 de abril de 2018, que institui o Programa Dinheiro Direto no Câmpus (Procâmpus). O objetivo é atualizar essa legislação para adequá-la ao rearranjo institucional realizado pela UEG.

Segundo consta na justificativa da propositura, "o Procâmpus, instituído pela Lei nº 20.028, de 2018, busca a descentralização de relevantes atribuições de natureza financeira e administrativa no âmbito da UEG. Essa lei sofreu, posteriormente à sua publicação, os efeitos da Lei Estadual nº 20.748, de 17 de janeiro de 2020, e do Decreto nº 9.593, de 17 de janeiro de 2020, que ocasionaram, respectivamente, alterações em sua estrutura e a aprovação de seu novo estatuto".

Dessa forma, o governador Ronaldo Caiado (DEM) fundamenta que a atualização da citada lei é necessária para criar compatibilização com a reestruturação administrativa aplicada à universidade. "A proposta, ao sanar esse desalinhamento entre a Lei do Procâmpus e a atual estrutura da UEG, viabilizará o repasse e o uso de recursos financeiros aos câmpus e às unidades universitárias com maior eficiência, para toda a comunidade acadêmica ser atingida positivamente", explica.

Para se tornar lei, a iniciativa precisa passar pela fase final de aprovação da Assembleia Legislativa para que esteja apta a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 31, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de

votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego**, no canal 3.2 da TV Aberta, ou no canal 8 da NET Claro, pelo Youtube e, também pelo site oficial da Casa, no seguinte link : portal.al.go.leg.br.

Site: <https://www.gazetaplay.com.br/deputados-apreciaram-18-processos-legislativos-na-semana/>

Deputados deliberaram 18 processos legislativos nesta semana

Da Redação

A Assembleia Legislativa do Estado de **Goiás (Alego)** encerrou a quarta semana de votações do mês de agosto com as três sessões ordinárias regulares realizadas. Nos três encontros, os parlamentares proporcionaram quórum qualificado para votações e 18 deliberações foram realizadas. As apreciações recaíram sobre proposições assinadas por deputados, pelo Executivo e pelo **Tribunal de Contas dos Municípios do Estado de Goiás (TCM-GO)**. As sessões continuam realizadas de forma híbrida. Para evitar aglomerações diante da pandemia de covid-19, o acesso às dependências do plenário Getulino Artiaga continua restrito.

Entre os processos apreciados, 14 foram votados em definitivo e apenas um deles não recebeu o aval dos parlamentares. A matéria de nº 6452/21 foi rejeitada na reunião ocorrida na terça-feira, 24. Através dela o Poder Executivo indicava os nomes de Railton Nascimento Souza e Alan Francisco de Carvalho para compor, nas condições de titular e suplente, respectivamente, o Conselho Estadual de Educação (CEE). Para que a indicação do Governo fosse aprovada, ela precisaria ter conquistado pelo menos 21 votos favoráveis.

Ainda, tratando de indicação e em votação única e nominal, por sua vez, foi aprovada a proposta nº 6451/21, que versa sobre a indicação do nome de Márcia Rocha de Souza Antunes para exercer por mais quatro anos, o mandato de suplente no CEE.

Já no rol dos projetos de lei que seguiram para sanção, nove são referentes a iniciativas parlamentares e três oriundos da Governadoria. Um desses é o projeto de lei de nº 6659/21 que visa criar, na Secretaria de Estado de Indústria e Comércio (SIC), um fundo rotativo no valor de R\$ 30 mil. Esse fundo rotativo será destinado a cobrir as despesas inadiáveis de pequena monta e de pronto pagamento.

A Secretaria de Estado da Economia afirma que a criação do fundo rotativo e a sua integralização estão adequadas às normas orçamentárias vigentes. A Procuradoria-Geral do Estado (PGE) manifestou-se favoravelmente pela viabilidade jurídica da proposta que foi aprovada durante a votação da Ordem do Dia da sessão ordinária híbrida ocorrida no dia 24. Como

ela recebeu sinal verde do Plenário da Assembleia Legislativa em fase definitiva, a matéria seguiu para a sanção do governador.

Concursos públicos

O Plenário aprovou, também em segunda votação, uma medida que promove adequações na legislação de regência dos concursos públicos em **Goiás**. A proposição de nº 6453/21, de autoria do Executivo, recebeu aval dos deputados para dar maior eficiência, sanar os conflitos existentes e, também, adequar a legislação de regência dos concursos públicos à Lei nº 20.756, de 28 de janeiro de 2020, que institui o regime jurídico dos servidores públicos civis do estado de **Goiás**, das autarquias e das fundações públicas estaduais.

Uma das alterações trata da isenção do pagamento da taxa de inscrição em concurso público. A Governadoria destaca que a alteração é necessária, visto que não é razoável a exigência de comprovação da doação regular de medula óssea por, pelo menos, três vezes nos doze meses antecedentes à publicação do edital do concurso, conforme atualmente consignado no seu inciso 11.

Matérias aprovadas em definitivo durante a semana

Processo nº 6659/21 - Governadoria - Cria na Secretaria de Estado de Indústria, Comércio e Serviços (SIC) fundo rotativo no valor de R\$ 30.000,00.

Processo nº 6451/21 - Governadoria - Indica o nome de Márcia Rocha de Souza Antunes, para compor na condição de suplente no Conselho Estadual de Educação.

Processo nº 3012/19 - Wilde Cambão (PSD) - Institui a Semana do Educador no âmbito do Estado de **Goiás** e dá outras providências.

Processo nº 3913/19 - Cairo Salim (Pros) - Obriga a instalação de câmeras de vídeo para gravação de imagens nos corredores, salas de atendimentos de urgência e unidades de terapia intensiva dos hospitais públicos e privados no estado de **Goiás**.

Processo nº 4003/20 - Karlos Cabral (PDT) - Declara

de utilidade pública a Associação Beneficente Cristã O Bom Samaritano, com sede no município de Trindade (GO).

Processo nº 3876/20 - Cairo Salim (Pros) - Declara de utilidade pública a Associação Geração e Vencedores (Agevence), com sede no Município de Senador Canedo (GO).

Processo nº 7111/19 - Delegado Eduardo Prado (DC) - Declara de utilidade pública a Associação dos Barqueiros de Aruanã, com sede no município de Aruanã (GO).

Processo nº 2855/19 - Gustavo Sebba (PSDB) - Estabelece normas gerais sobre cuidados aos animais definidos como "comunitários" e dá outras providências.

Processo nº 5885/20 - Diego Sorgato (DEM) - Declara de utilidade pública a ONG PROTEGERLZA, sediada no Município de Luziânia (GO).

Processo nº 1379/20 - Coronel Adailton (Progressistas) - Altera a Lei nº 12.695, de 11 de setembro de 1995, que cria a Política Estadual de Atenção ao Deficiente, destacando a Política Estadual de Turismo na implementação dessa Política Pública.

Processo nº 6453/21 - Governadoria - Altera a Lei nº 19.587, de 10 de janeiro de 2017, a qual estabelece normas gerais para a realização de concursos públicos no âmbito da administração pública estadual.

Processo nº 6712/21 - Governadoria - Dispõe sobre a criação, a denominação e a mudança de denominação dos estabelecimentos de ensino que especifica.

Processo nº 3694/20 - Paulo Trabalho (PSL) - Declara de utilidade pública a ASSOCIAÇÃO CASA DA CRIANÇA PEQUENO EDSON, com sede no Município de Posse - GO.

Novos processos legislativos

No decorrer da semana foram protocoladas na **Alego** novas matérias. Dessas, 28 são referentes a projetos de lei ordinária, sendo 25 de iniciativa parlamentar e três assinados pelo governador Ronaldo Caiado. Esses processos foram encaminhados para apreciação das comissões técnicas e podem constar, em breve, da pauta de votações do Plenário. Além desses, a **Alego** recebeu, ainda, dois relatórios gerais, um oriundo da Secretaria de Estado da Saúde (SES) e outro do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)**, totalizando 30 novos processos legislativos em tramitação na Casa.

Entre esses novos projetos em tramitação na Casa, e que já tramitam nas Comissões, está o de nº 6963/21, da Governadoria do Estado, que dispõe sobre o reajuste do vencimento dos professores, dos agentes administrativos educacionais e do pessoal contratado temporariamente na Secretaria de Estado da Educação (Seduc). A proposição também autoriza a instituição do Auxílio Aprimoramento Continuado no âmbito da mesma pasta, por ato do Chefe do Poder Executivo.

De acordo com a proposta, o reajuste será concedido a partir de 1º de outubro de 2021, no vencimento do pessoal da pasta da Educação, nos seguintes índices: I) 4,52% para os ocupantes dos cargos de Professor, Níveis I e II, do Quadro Permanente do Magistério, Professor Assistente, Níveis "A" a "D", do Quadro Transitório do Magistério e Professor contratado temporariamente; e II) 7,20% para os ocupantes dos cargos de Professor, Níveis III e IV, do Quadro Permanente do Magistério, e Agente Administrativo Educacional, bem como para o pessoal administrativo contratado temporariamente.

Além disso, o projeto autoriza o Chefe do Poder Executivo a instituir, também a partir de 1º de outubro de 2021, no âmbito da Seduc, o Auxílio Aprimoramento Continuado, com valor mensal unitário de R\$ 500,00, segundo critérios a serem definidos por decreto. O benefício, de natureza indenizatória, destina-se a cobrir despesas dos servidores da pasta para o aprimoramento educacional e profissional continuado, com livros, manuais, revistas, cursos, seminários, palestras, workshops, simpósios, congressos e materiais para qualificação de toda natureza.

Poderão ser beneficiários do auxílio os docentes e os servidores administrativos lotados na Seduc, com vínculo efetivo ou em comissão, também os empregados públicos e os titulares de contratos temporários.

Pauta para a próxima semana

Os deputados realizarão a primeira sessão deliberativa da semana na terça-feira, 31. Na Ordem do Dia constam 57 matérias que contemplam iniciativas parlamentares e da Governadoria. A sessão, com início às 15 horas, será realizada pelo sistema híbrido, com parte dos parlamentares trabalhando de forma presencial, no plenário Getúlio Artiga, e outra parte participando das sessões diretamente de suas residências ou escritórios, em sistema remoto que vem sendo usado em prevenção à covid-19.

Para a reunião a pauta traz dez projetos de lei de iniciativa parlamentar para votação definitiva, 24 em

fase de primeira apreciação e 19 matérias com pareceres favoráveis aprovados que estão sendo encaminhadas pela Comissão de Constituição, Justiça e Redação (CCJ). Podem ser analisadas também três matérias da Governadoria, das quais duas se encontram em primeira votação e uma em definitivo. Há também, para análise dos deputados em apreciação única, o parecer prévio oriundo do **Tribunal de Contas do Estado de Goiás (TCE-GO)** referente às contas anuais do Executivo no exercício de 2020.

Dentre os processos que serão submetidos à votação definitiva, destaca-se a proposta nº 6710/21, encaminhada pela Governadoria do Estado, por solicitação da Universidade Estadual de **Goiás** (UEG), que visa alterar a Lei nº 20.028, de 5 de abril de 2018, que institui o Programa Dinheiro Direto no Câmpus (Procâmpus). O objetivo é atualizar essa legislação para adequá-la ao rearranjo institucional realizado pela UEG.

Segundo consta na justificativa da propositura, "o Procâmpus, instituído pela Lei nº 20.028, de 2018, busca a descentralização de relevantes atribuições de natureza financeira e administrativa no âmbito da UEG. Essa lei sofreu, posteriormente à sua publicação, os efeitos da Lei Estadual nº 20.748, de 17 de janeiro de 2020, e do Decreto nº 9.593, de 17 de janeiro de 2020, que ocasionaram, respectivamente, alterações em sua estrutura e a aprovação de seu novo estatuto".

Dessa forma, o governador Ronaldo Caiado (DEM) fundamenta que a atualização da citada lei é necessária para criar compatibilização com a reestruturação administrativa aplicada à universidade. "A proposta, ao sanar esse desalinhamento entre a Lei do Procâmpus e a atual estrutura da UEG, viabilizará o repasse e o uso de recursos financeiros aos câmpus e às unidades universitárias com maior eficiência, para toda a comunidade acadêmica ser atingida positivamente", explica.

Para se tornar lei, a iniciativa precisa passar pela fase final de aprovação da Assembleia Legislativa para que esteja apta a seguir para a sanção do governador Ronaldo Caiado.

Para mais informações sobre as matérias que devem ser apreciadas na terça-feira, 31, consulte a pauta prévia.

Sessões ordinárias

As sessões ordinárias constituem o calendário anual de trabalho legislativo e possuem a Ordem do Dia previamente designada, ou seja, têm uma pauta de

votação. São realizadas normalmente às terças, quartas e quintas-feiras e compõem-se das seguintes fases: Abertura, onde são feitas apresentações de matérias e demais comunicações parlamentares; Pequeno Expediente; Grande Expediente; e a Ordem do Dia.

Para garantir a transparência, o Legislativo goiano transmite, ao vivo, todas as sessões. A população pode acompanhar os trabalhos pela TV **Alego**, no canal 3.2 da TV Aberta, ou no canal 8 da NET Claro, pelo Youtube e, também pelo site oficial da Casa, no seguinte link : portal.al.go.leg.br.

Site: <https://www.gazetaplay.com.br/deputados-deliberaram-18-processos-legislativos-nesta-semana/>

Aconteceu no IRB -27.08

Aconteceu no IRB -27.08

Ipea cita estudo realizado pelos Tribunais de Contas na área da educação

O Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada (Ipea) citou no seu boletim "Políticas Sociais: acompanhamento e análise da educação" dados da pesquisa "A educação não pode esperar", realizada pelos Tribunais de Contas e coordenada pelo Comitê Técnico da Educação do Instituto Rui Barbosa (CTE-IRB) em parceria com o Interdisciplinaridade e Evidências no Debate Educacional (Iede). O boletim do Ipea apresenta um diagnóstico da educação brasileira durante a pandemia.

O estudo "A educação não pode esperar" investigou as ações relacionadas à pandemia da Covid-19 em 232 redes municipais e 17 redes estaduais de ensino. Os dados foram coletados entre maio e junho de 2020, por meio de questionários on-line e entrevistas com secretários ou técnicos das secretarias de Educação.

O Ipea é uma fundação pública federal vinculada ao Ministério da Economia. Suas atividades de pesquisa fornecem suporte técnico e institucional às ações governamentais para a formulação e reformulação de políticas públicas e programas de desenvolvimento brasileiros.

Acesse aqui o boletim Políticas Sociais: acompanhamento e análise da educação. Conheça o estudo "A educação não pode esperar" clicando aqui .

Reunião do Comitê Científico do II CITC

Os membros do Comitê Científico do II Congresso Internacional dos Tribunais de Contas (CITC) se reuniram no dia 24, por videoconferência, para discutirem assuntos relacionados aos painéis e palestras que farão parte da programação científica do evento.

Os trabalhos deverão ser enviados até o dia 30/8 e seguir as orientações do Edital n. 03/2021, disponível no site: www.citc2021.com.br . O Congresso acontece nos dias 9 a 12 de novembro de 2021, na cidade de João Pessoa (PB).

Reunião do Comitê do Acordo USTDA

O IRB participou no dia 25/09 da reunião do Acordo de Cooperação Técnica para Fortalecimento de Auditoria

Operacional em Contratações Públicas, firmado entre a USTDA (United States Trade and Development Agency), a ATRICON, o IRB e o CNPTC como interveniente anuente.

Participaram o **conselheiro** Edilberto Pontes (**TCE-CE**), a **conselheira** Heloísa Helena (**TCE-GO**), a coordenadora do IRB e analista de controle externo (**TCE-PR**), Crislayne Cavalcante, Ricardo Dias (**TCE-CE**), Lívio Fornazieri (TCM-SP) e a coordenadora do CNPTC, Priscila Borges.

Reunião do Grupo Teletrabalho nos Tribunais de Contas

Reunião do Comitê Técnico de Gestão de Pessoas do Instituto Rui Barbosa - IRB, com os servidores indicados pelos Tribunais de Contas do Brasil, dando continuidade à elaboração do documento nacional com propostas de diretrizes para a modalidade Teletrabalho.

Foram apresentadas as Diretrizes que foram validadas nas reuniões, o trabalho foi finalizado e resultou em 48 recomendações. Estas diretrizes serão apresentadas por Larissa Gomes Lourenço Cunha - TCERO no dia 02/09/2021 no XI Encontro Técnico e II Encontro Virtual de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil. O relatório final ainda está em fase de elaboração.

Reunião Comitê de Gestão de Pessoas

Na manhã da quarta-feira (25) o Comitê Técnico de Gestão de Pessoas junto ao IRB, reuniu-se com a equipe do TCU a fim de alinhar as últimas questões operacionais do XI Encontro Técnico e II Encontro Virtual de Gestão de Pessoas dos Tribunais de Contas do Brasil - Gestão de Pessoas: relações próximas em um mundo de conexões remotas, que acontece nos dias 02 e 03/09. É o segundo ano que o encontro é no virtual tendo em vista o momento de pandemia que estamos vivendo.

O objetivo destes encontros é sempre o alinhamento das ações da área de gestão de pessoas entre os Tribunais de Contas Municipais, Estaduais e da União.

Na ocasião, serão discutidos temas que permeiam os desafios das equipes remotas, relações interpessoais no ambiente de trabalho, motivação e engajamento dos servidores e liderança, além do compartilhamento das melhores práticas de gestão de pessoas nos

Tribunais.

Reunião do Grupo de Trabalho de Governança e Integridade dos TCs

Nesta quinta (26), o grupo de trabalho de governança e integridade dos Tribunais de Contas, coordenado pelo Vice Presidente de Desenvolvimento Institucional do IRB, Cons. Erico Desterro (TCEAM), se reuniu para avançar na proposta de construção das Diretrizes para construção de programas de integridades nos Tribunais de Contas.

Nas reuniões anteriores, um sub grupo do GT construiu uma minuta de Resolução que traz as diretrizes para os Tribunais de Contas criarem seus Programas de Integridade. E, para a reunião desta semana, o GT debateria a proposta da minuta.

Participaram da reunião os membros do GT e assessores: Cons. Adircélio Moraes (TCESC), Auditora Andreza Machado (TCESC), Cons. Carlos Ranna Macedo (TCEES), assessora Christianne Stroppa (TCMSP), Daniel Lança; Cons. Edilberto Pontes Lima (TCECE); Izabelli Lima; Luciano Costa Nova (ATRICON, TCEPB); Marcelo Zenkner; Proc. Marcilio Franca (TCEPB); auditor Nelson Granato (IRB, TCEPR), auditora Crislayne Cavalcante (IRB, TCEPR).

CTE-IRB participa do "Diálogos sobre a importância da Busca Ativa Escolar"

A articulação interinstitucional, o planejamento de ações e o regime de colaboração entre as esferas de governo foram alguns dos temas abordados pelo Diálogos sobre a importância da Busca Ativa Escolar, realizado na manhã desta sexta-feira (27), com a participação do Comitê Técnico da Educação do Instituto de Educação (CTE-IRB). A atividade foi promovida pelo Centro de Apoio Operacional Infância, Juventude, Educação, Família e Sucessões (Caoijefam) do Ministério Público do Rio Grande do Sul em parceria com o UNICEF e a Undime.

Durante o debate, a presidente estadual da Undime (RS) e secretária de Educação de Novo Hamburgo (RS), Maristela Guasselli, destacou as iniciativas adotadas pelo Município para resgatar o vínculo rompido entre as escolas e os estudantes, principalmente durante a pandemia. "O nosso grande desafio não é apenas trazer o aluno de volta à escola, mas garantir a sua permanência no ambiente de ensino. Esse processo envolve diretores, professores, coordenadores pedagógicos, conselhos e instituições como os Tribunais de Contas e o Ministério Público", disse.

Para o chefe de Educação do Unicef Brasil, Ítalo Dutra "as crianças e adolescente que estão fora da escola estão tendo um conjunto de direitos violados. Para que eles retornem, não basta apenas a matrícula, pois as causas do abandono e da evasão escolares são multisetoriais. Os problemas vão desde a perda do interesse pela escola até situações de caráter social e econômico", enfatizou.

O presidente do CTE-IRB, Cezar Miola, destacou que os desafios são molas propulsoras que alimentam a esperança e a indignação. "Nossas responsabilidades não nos permitem circular apenas no plexo das atribuições previstas legalmente. É preciso buscar resultados por meio da articulação e da cooperação entre os diferentes setores que se dedicam a reverter esse quadro do abandono e da evasão escolares. A forma mais efetiva de enfrentar esse problema é atuar de forma preventiva e continuada, evitando que o aluno se afaste do ambiente escolar", disse.

Na oportunidade, Cezar Miola também apresentou alguns dos projetos desenvolvidos pelo CTE-IRB, como a parceria com a Undime e o Unicef que resultou no lançamento da cartilha Todos na Escola, a formação dos Gabinetes de Articulação para Enfrentamento da Pandemia da Educação (Gaepe) e o estudo "A educação não pode esperar: boas práticas no ensino fundamental", elaborado em conjunto com o lede. O levantamento reconheceu 118 redes de ensino e revela as seis práticas mais comuns adotadas por elas para alcançar bons resultados.

Também participaram dos diálogos, a secretária de Educação do Estado (RS), Raquel Teixeira, o vice-presidente da Undime, Marcelo Ferreira da Costa, a diretora do Centro de Estudos e Aperfeiçoamento Funcional do MP-RS, promotora de Justiça Martha Silva Beltrame, e a coordenadora do Caoijefam, promotora de Justiça Luciana Cano Casarotto.

Leilão do 5G: Gaepe Brasil participa de audiências com ministros do TCU

Representantes do Gabinete de Articulação para Enfrentamento da Pandemia na Educação no Brasil (Gaepe-Brasil) participaram, na tarde desta terça-feira (25), de três audiências com ministros do Tribunal de Contas da União (TCU) para tratar da inserção da oferta de internet para escolas no edital que prevê a contratação do serviço de 5G no Brasil.

Nos encontros, os representantes enfatizaram a importância da manutenção da determinação de inclusão de contrapartidas à conectividade das escolas públicas, conforme consta no voto do relator do processo no TCU, ministro Raimundo Carreiro. Os encontros com a presidente do TCU, Ana Arraes, e

com os ministros Aroldo Cedraz e Walton Rodrigues foram realizados em sequência e tiveram a participação dos membros da Diretoria do Gaepe Brasil, Cezar Miola e Alessandra Gotti, além representantes da Comissão de Educação da Câmara dos Deputados e da Undime, entre outros.

R

Reunião dos Secretários de Controle Externo

Os Secretários de Controle Externo dos tribunais de contas brasileiros realizaram na quinta-feira (26/8) reunião virtual para discutir temas relativos às suas áreas técnicas de atuação. O encontro foi aberto pelo presidente do Tribunal de Contas do Município de São Paulo (TCMSP), João Antônio da Silva Filho. O Fórum é uma rede de aproximação entre os Secretários de Controle Externo criada em 2018. Saiba mais aqui .

Dentre as pautas da reunião: Apresentação Projeto ODS Atricon, Avaliação de Políticas Públicas (apresentação de Nelson Granato - Assessor da Presidência do IRB), Automatização de critérios de seletividade de autuação de processos, Manual de Quantificação de Benefícios, e Informes Atricon/CNPTC/IRB.

Site: <https://irbcontas.org.br/aconteceu-no-irb-27-08/>